


Rastreando paradeiros: geografias urbanas da fuga escrava no Rio de Janeiro oitocentista

*Tracking whereabouts:
urban geographies of slave runaway in the nineteenth-century Rio de Janeiro*

Mylena Porto da Gama

 <https://orcid.org/0000-0002-3202-9882>
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo: A fatualidade de qualquer relação de propriedade pressupõe o conhecimento do paradeiro do possuído pelo possuidor, já que ninguém pode usufruir do domínio útil de algo cuja localização ignora. Isto é especialmente importante no caso da propriedade de outros seres humanos, pois sua capacidade simbólica facilita a imaginação de realidades sociais e espaciais alternativas. Para os escravizados no Brasil oitocentista, uma das maneiras de desafiar e, no limite, romper com sua condição social era privar seu senhor do conhecimento de seu paradeiro. Nas maiores cidades, isto podia ser alcançado não somente através de fugas de longa distância, mas também através da camuflagem na própria multidão urbana, que dificultava o discernimento entre negros livres, libertos e escravizados. Neste artigo, nós examinamos essas geografias intraurbanas no Rio de Janeiro por meio das fugas anunciadas no *Jornal do Commercio* nos anos de 1830, 1840 e 1850. Por meio de técnicas computadorizadas de análise espacial, nós estudamos o padrão locacional dos anunciantes (suas residências) e das fugas (local de desaparecimento e último avistamento), utilizando as freguesias urbanas como grade de mapeamento. Além da importância do porto como principal lugar de atração dos fugitivos, o que emerge dessa análise é a centralidade da redação do *Jornal do Commercio* na dinâmica de produção socioespacial dos anúncios. Dependente de mensageiros humanos (muitos deles provavelmente escravizados) e suas viagens pela cidade, este “achados e perdidos” era parte fundamental do sistema de controle social da vida escrava.

Palavras-chave: Fuga escrava. SIG histórico. Anúncios em periódicos. Rio de Janeiro.

Abstract: The factuality of any property relationship assumes the knowledge of the whereabouts of the possessed by the possessor, since no one can enjoy the useful domain of something whose location is unknown. This is especially important in the case of ownership of other human beings, as their symbolic capacity facilitates the imagination of alternative social and spatial realities. For the enslaved in 19th century Brazil, one of the ways to challenge and, ultimately, break with their social condition was to deprive their master of the knowledge of their whereabouts. In the largest cities, this could be achieved not only through long-distance runaways, but also through camouflage in the urban crowd itself, which made it difficult to discern between free, freed and enslaved blacks. In this article, we analysed these intraurban geographies in Rio de Janeiro through the runaways advertised in *Jornal do Commercio* in the years 1830, 1840 and 1850. Using computerized spatial analysis techniques, we study the locational pattern of advertisers (their residences) and runaways (place of disappearance and last sighting), using urban parishes as a mapping grid. In addition to the importance of the port as the main attraction for runaways, what emerges from this analysis is the centrality of *Jornal do Commercio* newsroom in the dynamics of socio-spatial production of advertisements.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Dependent on human messengers (many of them probably enslaved) and their travels through the city, this “lost-and-found” was a fundamental part of the social control system of slave life. **Keywords:** Slave runaway. historical GIS. Advertisements in periodicals. Rio de Janeiro.

Introdução

No dia três de outubro do ano de 1850, foi publicado no *Jornal do Commercio* um anúncio que informava sobre a fuga de Affonso. Seu proprietário residia na Rua da Ajuda, na casa de número 22, freguesia de São José. Esperando que o encontrassem, o anunciante indicou algumas informações sobre o fugitivo: africano de etnia Cabinda, tinha 40 anos de idade, era meio calvo, baixo, magro e possuía uma deficiência no cotovelo que o impedia de dobrá-lo. De alguma forma, seu proprietário obteve a informação de que, após fugir, Affonso havia sido visto pelo Largo do Capim e Largo da Sé.

Ao estudar os anúncios de fugas de escravos, publicados em diversos periódicos do século XIX, Gilberto Freyre (2010) se atentou à forma como os proprietários descreviam os fugitivos. Além disso, o autor destaca a importância desse tipo de fonte tanto para pesquisas em História Social, quanto em Antropologia Cultural. A relevância desse tipo de informação se deu pela pouca utilização dos anúncios como fontes históricas, na época em que a obra fora produzida. Diversos eram os jornais anunciadores, e a publicação desses anúncios era uma prática habitual, uma vez que “é natural [...] que numa sociedade patriarcal e escravocrática como a nossa, no tempo do Reino e do Império, os anúncios de maior significação fossem os de escravos: compras, vendas, troca, aluguel, leilões e fugas” (FREYRE, 2010, p. 95). Em relação à veracidade da fonte, Freyre nos insere na perspectiva do senhor, que buscava capturar seu escravo fugitivo. Isso significa dizer que, segundo o autor, os anúncios de fugas de escravizados nos jornais do século XIX são confiáveis como fonte, pois o proprietário tentava obter o máximo de detalhamento possível sobre o transgressor, a fim de capturá-lo o mais brevemente.

Muitos historiadores buscaram caracterizar as fugas de acordo com seus objetivos; outros tantos pesquisaram o perfil dos fugitivos. Os anúncios consistem em importantes fontes para compreendermos a sociedade escravista, o perfil do escravizado transgressor, as violências por ele sofridas, entre outros aspectos. Nessas publicações, obtemos diversos tipos de informações: aspectos físicos – alto, baixo, magro, gordo –, origem dos escravos, se os mesmos já eram, ou não, adaptados à cultura, espaço, língua – diferenciando-os entre boçais e ladinos –, vestimentas, se levaram algo consigo no momento da fuga – variando entre dinheiro, roupas, jóias, até mesmo materiais para trabalho, como cestos, tabuleiros, etc. –, se apresentavam sinais de enfermidades ou mutilações pelo corpo e até mesmo sinais de nação. Nosso objetivo, no entanto, é identificar e analisar as informações espaciais publicadas em anúncios de fuga escrava no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, especificamente nos anos de 1830, 1840 e 1850. Para tanto, nos concentramos nos casos ocorridos dentro dos limites do núcleo urbano do Rio de Janeiro.

Os dados geográficos encontrados em diversos anúncios de fuga escrava possuíam como finalidade oferecer mais pistas sobre o possível paradeiro do fugitivo, assim como indicar o local para onde o mesmo deveria ser levado, caso fosse encontrado. Essas informações geográficas foram a motivação para o surgimento deste trabalho. A justificativa para que a nossa atenção esteja voltada para a análise espacial é a de que uma fuga é sempre um movimento no território – em nosso caso, um território urbano. O pressuposto de toda fuga é a existência – ou, pelo menos, o reconhecimento subjetivo – de uma diferenciação espacial

fundamental: o contraste entre o lugar onde se está e o lugar onde se pretende estar. A fuga poderia ser vista, na perspectiva do escravizado, como um fenômeno de transgressão e transformação geográfica: no intuito de mudar o seu espectro de possibilidades, o fugitivo ou a fugitiva desrespeitava a disciplina espacial que a sua posição social lhe atribuía. Portanto, a geografia da fuga – o caráter do lugar de destino, a distância e o trajeto percorrido – pode se relacionar estreitamente com os objetivos da fuga.

Decerto, a perspectiva geográfica em pesquisas históricas não é um cenário novo. Em pesquisas que abordam a temática da escravidão, percebemos um movimento cada vez maior nesse sentido. A tese de Marco Aurélio dos Santos sobre a escravidão em Bananal, na segunda metade do século XIX, é um exemplo de como os historiadores têm buscado na geografia um suporte para suas análises. A investigação do espaço na pesquisa de Santos se justifica através da noção de que este “foi um dos vetores fundamentais para produzir o controle senhorial sobre o conjunto dos homens livres e dos escravos” (2015, p. 19). Em contrapartida, esse mesmo espaço permitia a ação escrava contra essa dominação. Dessa forma, a perspectiva espacial desempenha um papel fundamental no desenvolvimento da argumentação do autor, uma vez que o conhecimento do espaço era duplamente importante. E, ainda, por parte do escravizado que transgredia o cativo esse conhecimento ou a falta dele poderia determinar o sucesso ou o fracasso de sua empreitada.

Ora, pode-se argumentar que o espaço do complexo urbano do Rio de Janeiro era um ponto fundamental para entendermos as demais relações que se estabeleciam entre senhores e escravizados. O estudo desse espaço de acordo com as atividades realizadas por escravos de ganho, em sua área urbana, revela a importância e a singularidade de cada lugar para o exercício dessas atividades. O trabalho de Luiz Carlos Soares (1988, p. 115) destaca essa conexão entre espaço e economia, ressaltando a existência de estratégias espaciais desenvolvidas por esses agentes como, por exemplo, a venda de doces e frutas nas portas das igrejas em horários de missas e em dias de festas religiosas.

As freguesias urbanas do Rio de Janeiro, no século XIX

De acordo com Noronha Santos (1965, p. 8), o território da cidade do Rio de Janeiro, no século XIX, correspondia ao chamado Município Neutro. Porém, durante toda a história da cidade, as freguesias sofreram alterações em relação ao tamanho, organização e principais atividades realizadas em suas áreas. Ao todo, foram criadas 21 freguesias desde 1569. No entanto, nesse momento, importam-nos apenas cinco dessas: Candelária, São José, Santa Rita, Sacramento e Santana. Para compreendermos a organização das mesmas, escolhemos explorar, primeiramente, suas dimensões demográficas. Para isso, utilizaremos os censos de 1799, 1821 e 1849 (KARASCH, 1987).

Foram recenseados, em 1799, 43.376 indivíduos. Nesse mesmo ano, a freguesia de Santa Rita demonstrou ser a mais populosa (28,6%) – dentre as quatro freguesias existentes na área central do Rio de Janeiro no período –, seguida da freguesia da Sé (26,5%), Candelária (21,9%) e São José (20,3%). O restante da população fora recenseado como residente em conventos. Sobre suas composições, observamos a seguinte divisão: escravos (34,6%), brancos livres (45,1%), negros livres (10,6%) e pardos livres (9,7%).

Já em 1821, a população praticamente dobrou, alcançando um total de 86.323 indivíduos recenseados. Esse censo estimou os moradores das cinco freguesias urbanas mais as freguesias do Engenho Velho e Lagoa. No entanto, as freguesias de Sacramento (26%) e São José (23%) despontaram como as mais populosas naquele ano. Em seguida, encontram-se as freguesias de Santa Rita (15,9%) – que, inclusive apresentou número de

residentes semelhante ao censo de 1799 –, Candelária (14,4%) e Santana (12,5%). Se comparados os percentuais populacionais de livres e escravos entre os anos de 1799 e 1821, veremos um acréscimo na população escrava: em 1799, os livres representavam uma parcela de 65,46% da população. No entanto, em 1821 esse número caiu para 53,22%, enquanto o de escravos subiu para 46,77%.

Em 1849, a população do Rio de Janeiro alcançou o número de 411.812 habitantes, de acordo com o censo realizado. Suas freguesias mais populosas eram a de Sacramento (20,32%) e a de Santanna (18,80%). Em todas as freguesias, exceto na freguesia rural de Engenho Velho, o número de pessoas livres era maior que o de escravos. A freguesia da Candelária, dentre as freguesias urbanas que apareceram nos censos anteriores, é a menos populosa, porém chama atenção a baixa presença de libertos nessa região. Estes representavam apenas 1,03% do total de habitantes da Candelária. Outra característica demográfica dessa freguesia era um certo equilíbrio entre o número de residentes escravos e livres – eram, respectivamente, 45,71% e 53,25%. Carlos Eugênio Líbano Soares (1965, p. 51) explica, porém, que essa freguesia possuía diversos lugares de enorme importância socioeconômica. Mary Karasch destaca alguns, como “o Palácio do Governador, conhecido atualmente como Paço Imperial, e a Alfândega e seu trapiche, onde toda mercadoria importada tinha de pagar seus impostos, inclusive os escravos” (KARASCH, 1987, p. 51). Portanto, podemos destacar o forte caráter comercial e marítimo dessa freguesia.

Juntamente com a freguesia de Santa Rita, a da Candelária apresentava uma desigualdade sexual mais intensa entre seus habitantes. Em Santa Rita, os homens eram 67,40% da população da freguesia, enquanto as mulheres somavam 32,60%. Já a Candelária foi a freguesia carioca que mais apresentou contraste entre a população masculina (69,33%) e a feminina (30,67%).

Com essas informações, foi possível calcular a densidade demográfica das freguesias. Em 1821, notamos que a freguesia da Candelária¹, ainda que não fosse a mais populosa, era a que concentrava mais habitantes por quilômetro quadrado. Em 1849, os resultados² indicam que a freguesia mais densa era a de Santa Rita. Porém, constatamos para a freguesia da Candelária semelhante densidade. Concluímos, então, que no ano de 1821 a Candelária não era a mais populosa, mas sim a mais povoada. E posteriormente passaria a ser a segunda mais povoada, em 1849. O tamanho da área de cada freguesia urbana do Rio de Janeiro, em 1831, foi calculado a partir das feições obtidas através do processo de georreferenciamento. A freguesia mais extensa era a de Santanna, com 3.24 km²; a freguesia de São José, a segunda mais extensa, possuía área total de 1.51 km²; Sacramento possuía a extensão de 1 km²; as freguesias de Santa Rita e Candelária eram as menores dentre as freguesias urbanas em 1831, possuíam, respectivamente, 0.45 km² e 0.27 km².

O perfil econômico do Rio de Janeiro no século XIX se encontrava inteiramente relacionado com o porto e as atividades que ocorriam em seu entorno. Entre os anos de 1845 e 1860, o café foi o principal artigo que movimentou as atividades portuárias, resultando em um incremento do caráter comercial do Rio, mas não foi o único responsável. Segundo Villa (2012), o incremento na economia foi possível justamente pelo perfil portuário do Rio de

¹ O cálculo de densidade demográfica foi realizado com dados do censo de 1821, presente em KARASCH (1987), e demonstrou que na Candelária a concentração era de 46.092 habitantes por quilômetro quadrado; em Santa Rita, 30.542 habitantes por km²; em Sacramento, 22.486 habitantes por km²; em São José, 13.119 habitantes por km² e em Santanna, 3.344 habitantes por km².

² O cálculo de densidade demográfica foi realizado com dados do censo de 1849, presente em KARASCH, Mary. Op. cit., e demonstrou que na freguesia de Santa Rita a concentração era de 141.386 habitantes por km²; na Candelária, 138.392 habitantes por km²; em Sacramento, 83.712 habitantes por km²; em São José, 36.300 habitantes por km² e em Santanna, 23.899 habitantes por km².

Janeiro, pois assim escoava para o mundo a produção agrícola de sua hinterlândia. Tão ligada, portanto, ao mercado internacional, a economia urbana carioca respondia aos ritmos de exportação.

Como escravista, a produção exportada pelo Rio de Janeiro dependia, principalmente, de mão de obra escrava orientada para as etapas manufatureiras da produção. Dessa forma, não só vemos uma complexidade econômica, mas também nas formas das relações tecidas entre senhores e escravos, que variavam de acordo com os interesses econômicos. De acordo com Villa, as ocupações dos escravizados variavam entre três grupos: “trabalhos domésticos, venda de bens e serviços nas ruas por conta própria e trabalho contratado pelos estabelecimentos industriais ou comerciais” (2012, p. 56). Esses eram, então, os papéis desempenhados pelos escravos de forma direta na economia urbana. E, além disso, o Rio de Janeiro se apresentava como núcleo de trabalho de escravos, que poderiam ser alugados ou vendidos do mundo rural para o cenário urbano. Esse tipo de negócio era comum, amplo e difundido no cotidiano carioca.

Debatido o perfil demográfico e algumas características do emprego da mão de obra escravizada no Rio de Janeiro oitocentista, voltaremos nossa atenção para outros aspectos do espaço urbano, iniciando pelo traçado de suas divisões político-administrativas. Para isso, utilizamos uma planta³ do Rio de Janeiro, datada de 1831, com o intuito de expor os limites dessas freguesias.

De forma breve, a partir do trabalho de Noronha Santos (1965), podemos destacar as características das freguesias urbanas destacadas na Figura 1. A freguesia da Candelária, como citado de forma breve anteriormente, possuía caráter fortemente comercial, com importante comércio exportador e importador. Sua localização central e próxima à região portuária decerto contribuiu para a construção desse perfil. Segundo Noronha Santos, a freguesia contava com diversos armazéns, fábricas e oficinas, que eram responsáveis pelo comércio de diversos artigos, além da presença de inúmeras casas comerciais de variados segmentos. Algumas delas: alfaiates, barbeiros, botequins, carpinteiros, costureiras, dentistas, depósitos, drogarias, ferrarias, hospedarias, litografias, marceneiros, oficinas tipográficas de jornais, ourives, padarias, quitandas, serralheiros, tavernas e escritórios diversos.

Nos limites da freguesia da Candelária, a freguesia de Sacramento acompanhava, de certa forma, um pouco do ritmo de sua vizinha, pois também possuía um perfil comercial para exportação e importação. Enquanto que nas terras da freguesia de Santanna, estavam instaladas indústrias e várias casas de comércio a retalho. Segundo o autor, a freguesia de Santa Rita possuía casas comerciais de café, inúmeros trapiches, alguns estaleiros e fábricas de produtos nacionais. Nesta freguesia se localizava a cadeia do Aljube.

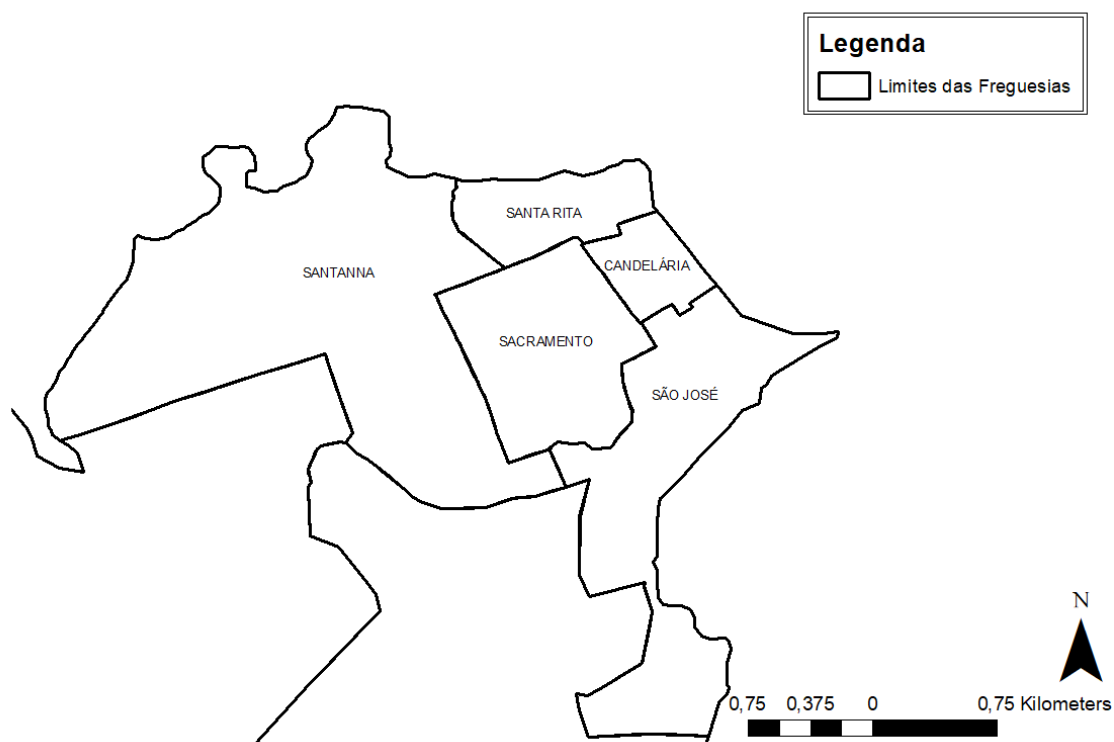
As freguesias de Santa Rita e de Santanna, durante o século XIX, receberam um reordenamento de suas atividades por conta da transferência da maior parte do embarque e desembarque de mercadorias para o litoral dessas freguesias – o que anteriormente ocorria na região da freguesia da Candelária. Como consequência dessa evolução, Honorato e Mantuano (2016) destacam que, nessas freguesias, formou-se uma “comunidade econômica portuária”.

Segundo as informações de Noronha Santos, a freguesia de São José possuía “grande número de casas comerciais e algumas fábricas de indústria nacional” (SANTOS, 1965, p. 133). Em sua área ainda se encontravam instituições como o Hospital da Santa Casa

³ A planta, intitulada “A capital do Brasil”, foi obtida no acervo digital cartográfico da Biblioteca Nacional. A partir dela, conseguimos delimitar a feição das freguesias urbanas, através do *software* ArcGis.

de Misericórdia e o Calabuço – uma prisão destinada a escravos, onde, inclusive, eram aplicados castigos por ordem de seus proprietários.

Figura 1 – Feição das freguesias urbanas do Rio de Janeiro, 1831.



Fonte: Planta do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Lithoga. de Steinmann, 1831.

As informações sobre as características das freguesias urbanas analisadas nesse trabalho são fundamentais para a compreensão do arranjo espacial do Rio de Janeiro e, além disso, nos serão úteis ao longo da análise das fugas. Ao mesmo tempo, o mapa com a divisão administrativa por freguesias nos oferece sustentáculo para a compreensão da totalidade espacial que será abordada durante o trabalho.

Saindo do radar: aspectos geográficos da fuga escrava

A partir da ideia utilizada neste trabalho – de que toda relação de propriedade pressupõe o conhecimento do paradeiro do possuído pelo possuidor e que, assim, ao fugir, o escravizado estaria negando a seu proprietário esse conhecimento – desenvolveremos uma análise geográfica das fugas anunciadas no *Jornal do Commercio*, especificamente nos anos de 1830, 1840 e 1850. É importante destacar que o período analisado corresponde aos anos de intensificação do tráfico atlântico de escravizados⁴ e o incremento do preço dos cativos⁵,

⁴ Florentino e Valencia Villa, em importante análise, ressaltam que esse também foi um período de adaptação, uma vez que estratégias foram traçadas a fim de tentar prolongar a escravidão, como é o caso da crescente demanda por crianças africanas escravizadas. Ver: VALENCIA VILLA; FLORENTINO (2016).

⁵ Outro impacto considerável foi o aumento dos preços dos escravizados, percebidos em uma escala temporal por Manolo Florentino. Tendo em vista as tensões que desenvolviam no âmbito do debate político sobre o fim do tráfico de africanos escravizados, o preço de um escravo sofreu o acréscimo de mais de 50% no período de 5 anos (entre

uma vez que os indivíduos envolvidos nesse comércio conviviam com o temor de seu iminente fim, a partir da Lei de 1831⁶.

Foi realizada uma amostragem desses anúncios⁷, organizados em uma base de dados⁸ com 37 variáveis que nos informam os aspectos sobre as fugas e os fugitivos. No entanto, a maioria dos anúncios não possui informações passíveis de espacialização. Muitos anúncios são curtos, contendo apenas o estritamente necessário para viabilizar a recaptura do(a) fugitivo(a). As razões para isso podiam ser a indisposição em pagar preços muito altos (quanto maior o texto, mais caro o anúncio) ou a própria falta de informações por parte do proprietário.

As informações mais comuns nos anúncios de fuga dizem respeito ao perfil do escravizado que realizou o ato de fuga. Obviamente, reconhecer as características físicas do cativo era de fundamental importância para a realização de uma possível recaptura. Nesse momento, seguimos a linha de investigação de diversos trabalhos (AMANTINO, 1996; AMANTINO e FLORENTINO, 2012; READ; ZIMMERMAN, 2014) que pesquisam a fuga escrava, buscando traçar padrões acerca do perfil dos fugitivos. A partir dessa análise demográfica referente aos anúncios de fugas, conseguimos traçar um perfil do escravizado que mais fugia: homem, africano, considerado “boçal” por ser recém-chegado. Decerto, esse resultado condiz com boa parte dos estudos sobre fuga escrava, no Rio de Janeiro, que buscou traçar um perfil dessas ações. Por isso, os debates que o envolvem não serão aqui alongados.

Um passo crucial para investigar a espacialidade da fuga escrava no Rio de Janeiro oitocentista foi a categorização das ocorrências publicadas de acordo com a freguesia do espaço urbano identificada. Só conseguimos, contudo, obter esse tipo de informação quando, no anúncio, é manifestado o logradouro do anunciante. Para além, os endereços, em sua maioria, não continham a informação sobre em qual freguesia eram localizados.⁹ Dos 1004 anúncios inseridos na base de dados, 498 (49,7%) puderam ser analisados para esse contorno. Os outros 506 (50,3%) não foram aproveitados nesse caso por três razões: 1) quando não foi possível identificar a freguesia através do endereço citado; 2) quando o endereço citado não pertencia ao núcleo urbano do Rio de Janeiro, nosso recorte espacial, ou quando 3) o endereço citado estava localizado em outra província que não o Rio de Janeiro, também fora do nosso recorte espacial.

Dessa forma, conseguimos delinear alguns pontos. Em 1830, as fugas anunciadas no *Jornal do Commercio* ocorreram, em maior número, nas freguesias de Sacramento (27

os anos de 1825 e 1827, o preço de um escravo adulto do sexo masculino era de 153\$000 e, em 1830, 365\$000). Ver: FLORENTINO (2014).

⁶ Sobre o tema, é importante destacar o trabalho de Beatriz Mamigonian, que destaca que a Lei de 1831 não deve ser reduzida no conceito de “lei para inglês ver”, uma vez que podemos perceber os impactos da mesma na sociedade, com redução na importação de cativos nos anos subsequentes à lei. Ver: MAMIGONIAN (2017).

⁷ No total, contamos com 1004 anúncios de fuga. Dentre eles, 381 (37,9%) foram publicados em 1830, 150 (14,9%) em 1840 e 473 (47,2%) em 1850. Apesar de tratarmos de um período de intensificação do tráfico transatlântico de escravizados e, conseqüentemente, das fugas, é importante destacar que não seria legalmente possível anunciar a evasão de um escravizado boçal após 1831. Esses, de acordo com Manolo Florentino, eram os mais propensos a realizarem tal transgressão, uma vez que sentiam mais os impactos físicos, emocionais, linguísticos por conta das mudanças ocorridas no seu cotidiano. Por isso, levantamos a hipótese de que a queda verificada da quantidade de anúncios de fuga no ano de 1840, pode ter sido causada por uma limitação da prática de publicação dentro dos termos da legalidade. Ver: FLORENTINO (2003, p. 232).

⁸ A base de dados utilizada nessa investigação foi organizada e cedida por Márcia Amantino e Manolo Florentino.

⁹ Cabe ressaltar que o endereço oferecido nos anúncios de fuga tinha como intuito retomar o bem perdido. Ou seja, indicava-se o logradouro com a esperança de que, caso encontrado, o cativo fosse encaminhado ao local indicado na publicação. Entendemos, então, esse endereço como a residência do proprietário. Ainda que as freguesias onde se localizavam não fossem, necessariamente, onde de fato ocorriam as fugas, deduzimos a noção de que essas foram seus palcos.

casos), Santa Rita (22) e Candelária (21). Já em 1840 e 1850, os casos, principalmente, se sucederam na freguesia da Candelária (39 e 79 casos, respectivamente), Sacramento (22 e 67) e São José (15 e 58). Assim, percebemos uma mudança que tornou a freguesia da Candelária como o palco mais frequente de fugas. Ao mesmo tempo, sobretudo em 1850, São José aparece como uma freguesia onde os casos se tornaram recorrentes.

A partir dessa categorização, foi possível, também, a análise de uma variável que denominamos como *atividade especializada*. Com essa variável, buscamos organizar as informações sobre a(s) atividade(s) que o escravo fugitivo realizava, habitualmente, de forma especializada. Esse tipo de dado é fundamental, uma vez que entendemos que os espaços ocupados pelos transgressores, posteriormente à realização da fuga, podem estar relacionados com as atividades exercidas enquanto na condição de escravizado. Dos 1.004 anúncios que compõem nossa base de dados, 230 (22,9%) possuem a informação sobre a atividade executada pelo escravo. Várias são as atividades citadas, como alfaiate, pedreiro, marinho, carpinteiro, sapateiro, pintor, cozinheiro, calceteiro, quitandeira, atividade de ganho, vendedor de doces, pajem, ferreiro, entre outras tantas.

É relevante tratarmos da hipótese de que os escravizados que desenvolviam um tipo específico de atividade acabavam encontrando menos dificuldades no ato de fugir. Esses escravos teriam mais facilidade para exercer atividades remuneradas fora da escravidão, pois já possuíam prática em algum ofício específico. Nos próprios anúncios, quando não há indicação da prática de alguma atividade especializada, encontramos alguns indícios sobre busca e possibilidade de trabalho após a transgressão. Corroborando com a hipótese de Fernanda Puchinelli (2022, p. 102) sobre o tema, entendemos que, de fato, os escravizados que possuíam o domínio de algum ofício (barbeiro, carpinteiro, sapateiro etc.) vislumbravam em sua atividade uma possibilidade material de se manterem foragidos, haja vista que, segundo essa hipótese, poderiam através desses trabalhos obter alguma moradia, alimentos, proteção ou mesmo acumular recursos. Nesse sentido, há casos nos quais encontramos informações sobre objetos levados no ato da fuga. Como exemplo, podemos citar: o caso de Antonio, carregador de água, que fugiu no dia 12 de janeiro de 1830 levando consigo um barril de carregar água; o de Joaquina, vendedora de agulhas e miudezas, que acabou levando todos esses artigos consigo no dia 03 de abril de 1830, quando fugiu; o de Bento, escravo da Padaria Princeza, localizada na Rua do Ourives, que era vendedor de pão – sua fuga foi anunciada no dia 27 de janeiro de 1840 – e acabou levando “o cesto de pão, manta, cinco sacos e um capote”; e também o caso de Ventura, cuja fuga se deu no dia 23 de setembro de 1850, um oficial de barbeiro que levou consigo ferramentas de trabalho e ainda foi visto “na cidade trabalhando no ofício”. Portanto, é possível supor que não é coincidência que determinados escravizados fugissem carregando consigo seus materiais de ofício, pois sabiam que com eles poderiam obter tais recursos.

Das atividades especializadas mais recorrentes nos anúncios, destacamos os que apareceram em 10 ou mais dos mesmos, em ordem decrescente: 34 carpinteiros (14,7%), 28 pedreiros (12,1%), 27 marinheiros (11,7%), 24 alfaiates (10,4%), 23 cozinheiros (10%), 13 sapateiros (5,6%), 13 vendedores (5,6%). No entanto, com esses dados, a única atividade especializada citada anteriormente que nos proporciona uma relação espacial direta é a de marinho. Sabemos que 27 marinheiros fugiram nos anos de 1830, 1840 e 1850, porém, além da relação desses com o mar e a região portuária do Rio de Janeiro, nada mais podemos considerar, por enquanto.

Contudo, podemos categorizar essas atividades especializadas, citadas nos anúncios, de acordo com seu perfil: estacionário ou itinerante¹⁰. Essa análise é importante no sentido de compreendermos se os escravizados que fugiram, cotidianamente transitavam por entre as ruas da cidade devido ao exercício de seus ofícios. A partir dessa ideia, podemos relacionar as duas categorias com o endereço de moradia do proprietário, analisado em escala de freguesias.

Observamos na Tabela 1 que proprietários de escravos que moravam na freguesia da Candelária e anunciaram a fuga de algum cativo no *Jornal do Commercio* eram os que mais destacavam a execução de alguma atividade especializada por parte do fugitivo. Dentre os 42 casos indicados para a freguesia da Candelária, 24 (57,1%) realizavam algum ofício de forma especializada de caráter itinerante; em contrapartida, 15 (35,7%) realizavam atividades com perfil estacionário, ou seja, atividades que para sua prática não era necessária a movimentação por entre os espaços urbanos. Três (7,2%) casos foram observados em que os dois perfis de atividades eram exercidos. Na freguesia de São José encontramos a maior incidência de transgressões realizadas por escravos que praticavam trabalho estacionário. Um aspecto sobre o trabalho na freguesia de São José, destacado por Eulália Lobo (1978), é de que os escravizados exerciam, principalmente, atividades domésticas, o que pode explicar o perfil estacionário como o mais preponderante.

Decerto, encontramos casos nos quais não foi possível identificar a freguesia de residência do proprietário. Porém, mesmo nessas ocasiões, foi possível analisar que a maioria dos escravos que se evadiram do cativo exerciam algum tipo de atividade itinerante. Essa constatação nos possibilita pensar sobre a construção e a manutenção de redes de sociabilidade no espaço urbano. Ademais, demonstra que o exercício dessas atividades poderia conceder maiores chances tanto para a realização da fuga quanto, posteriormente, para a manutenção desse estado de coisas – ou seja, para que o indivíduo continuasse negando ao seu senhor o conhecimento de seu paradeiro.

Como opção de análise complementar dos dados relativos à quantidade de fugas ocorridas em cada ano observado nas freguesias do núcleo urbano do Rio de Janeiro, foram plotados na base cartográfica do Rio de Janeiro¹¹ os endereços presentes na base de dados, a partir da variável *residência do proprietário*. Para a realização dessa tarefa, foi essencial a utilização de materiais que auxiliaram, por exemplo, na localização de alguns logradouros que já não possuem a mesma designação em relação à atual¹².

Na maioria dos casos, os endereços da residência do proprietário vinham acompanhados da numeração; dessa forma, os pontos deveriam seguir uma lógica de organização numérica do espaço urbano. Conversas com outros pesquisadores levaram-nos à conclusão de que a numeração partia do litoral para o interior, lógica que utilizamos para inferir a localização das residências. Para logradouros onde não foi possível traçar o ordenamento da numeração, o Google Maps foi utilizado como ferramenta de apoio. Dessa forma, destacamos que nossos mapeamentos se baseiam em localizações aproximadas, o que é comum em estudos que utilizam SIG Histórico.¹³

¹⁰ Essa escolha foi derivada do trabalho de Ian Read e Kari Zimmerman, que empregaram os mesmos atributos para a organização e análise das atividades realizadas por escravos que se evadiram do cativo. Ver nota 30 em: READ; ZIMMERMAN (2014).

¹¹ Mapa do Rio de Janeiro, 1867: base cartográfica georreferenciada e cedida por Carlos Eduardo Valencia Villa; Planta do Rio de Janeiro, Lithoga. de Steinmann, 1831: feição das freguesias urbanas traçada através do *software* ArcMap.

¹² Dentre os materiais utilizados, podemos citar a planta “Guia e Plano da cidade do Rio de Janeiro”, de 1858 e o blog “Literatura, Rio de Janeiro & São Paulo”, disponível em: <http://literaturaeriodedejaneiro.blogspot.com/2003/01/nomes-antigos-de-ruas-do-rio-de-janeiro.html>

¹³ Para mais detalhes sobre a questão da exatidão no uso do SIG Histórico ver: VILLA (2015).

Com o objetivo de relacionar a informação espacial sobre as residências dos proprietários que publicaram anúncios de fuga escrava no *Jornal do Commercio* com a localização desse periódico¹⁴, foram produzidos os seguintes mapas (1A, 1B e 1C). A partir da análise do mapa 1A, percebemos que a densidade de residências de senhores de escravos fugitivos (por quilômetro quadrado) é maior nas freguesias da Candelária e de Santa Rita. O censo de 1821¹⁵ demonstra uma especificidade nessas duas freguesias. A de Santa Rita possuía um equilíbrio entre a população livre e a escravizada, enquanto na freguesia da Candelária os habitantes eram, em sua maioria, escravizados. No entanto, nesse mesmo censo, em outras freguesias da área urbana do Rio de Janeiro – Sacramento, São José e Santanna – habitavam mais pessoas livres do que escravizadas.

Vale lembrar que as informações espaciais coletadas para a construção desses mapas são referentes aos endereços das residências dos proprietários. Isso significa dizer que as densidades demonstradas nos mapas não podem ser entendidas como sendo os locais onde mais ocorriam fugas, mas sim onde mais existiram proprietários, em cada ano, que publicaram essas fugas. Foi a partir desse ponto que se tornou importante indicar, inclusive, o endereço da redação do *Jornal do Commercio*, em 1830: para que o anúncio fosse publicado, era necessário que o interessado se deslocasse até o jornal.

No mapa 1B, percebemos que as manchas que demonstram maior densidade se concentram, ainda mais que no ano anterior, na freguesia da Candelária, na nossa leitura, a freguesia que foi palco de mais casos de fugas publicadas no *Jornal do Commercio* no ano de 1840. A baixa densidade encontrada na região que abrangia a freguesia de Sacramento – a segunda onde mais ocorreram casos de fugas nesse ano – pode ser justificada por uma maior dispersão dessas residências, uma vez que ela era mais extensa em área do que a freguesia da Candelária, a menor do núcleo urbano do Rio de Janeiro.

¹⁴ Plotamos dois endereços, referentes ao *Jornal do Commercio*, nos mapas. Nas edições do ano de 1830 encontramos a indicação do logradouro “Rua do Ouvidor, n.95”. Já para as edições dos anos de 1840 e 1850, o endereço indicado é “Rua do Ouvidor, n.65”. Como a rua prevalece nos três anos analisados, decidimos plotar os dois logradouros nos mapas.

¹⁵ Ver em: KARASCH (1987).

Tabela 1 – Atividades especializadas de caráter estacionário, itinerante, ou ambos, realizadas por escravizados que fugiram, de acordo com a freguesia de residência do proprietário, nos anos de 1830, 1840 e 1850.

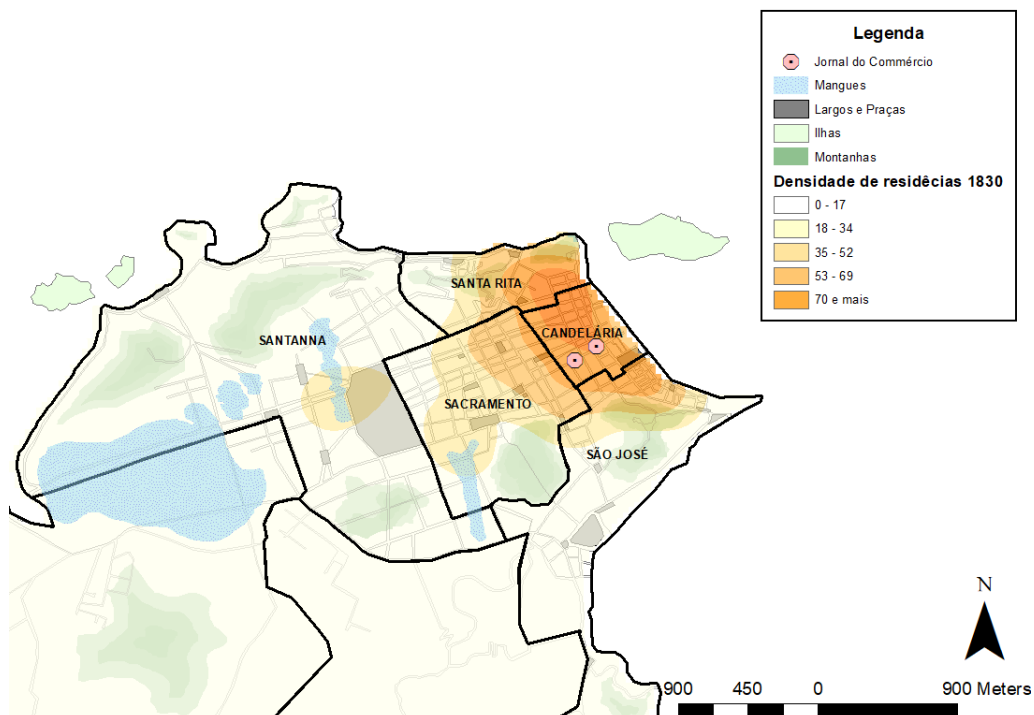
FREGUESIA	ESTACIONÁRIO	ITINERANTE	AMBOS	TOTAL
CANDELÁRIA	15 (35,7%)	24 (57,1%)	3 (7,2%)	42 (18,5%)
SACRAMENTO	8 (36,4%)	13 (59,1%)	1 (4,5%)	22 (9,7%)
SANTA RITA	11 (42,3%)	15 (57,7%)	0 (0%)	26 (11,4%)
SANTANNA	3 (21,4%)	11 (78,6%)	0 (0%)	14 (6,2%)
SÃO JOSÉ	13 (54,2%)	10 (41,7%)	1 (4,1%)	24 (10,6%)
SEM INFORMAÇÃO DE FREGUESIA	30 (30,3%)	65 (65,6%)	4 (4,1%)	99 (43,6%)
TOTAL	80 (35,2%)	138 (60,8%)	9 (4%)	227 (100%)

Fonte: HDBN. Jornal do Commercio (RJ). Banco de dados organizado por AMANTINO, Márcia; FLORENTINO, Manolo. Cálculos próprios.

Em relação ao ano de 1850, representado no mapa 1C, ainda que tenha ocorrido uma permanência no tocante à situação da freguesia da Candelária com a maior concentração de fugas, é possível identificar uma nova configuração para as outras freguesias. Surgem, destacados da mancha principal na Candelária, pequenos núcleos de baixa densidade nas freguesias de Sacramento¹⁶ e São José. Nesta última, a aglutinação de pontos ocorre nas imediações do Largo da Ajuda, perto da rua homônima.

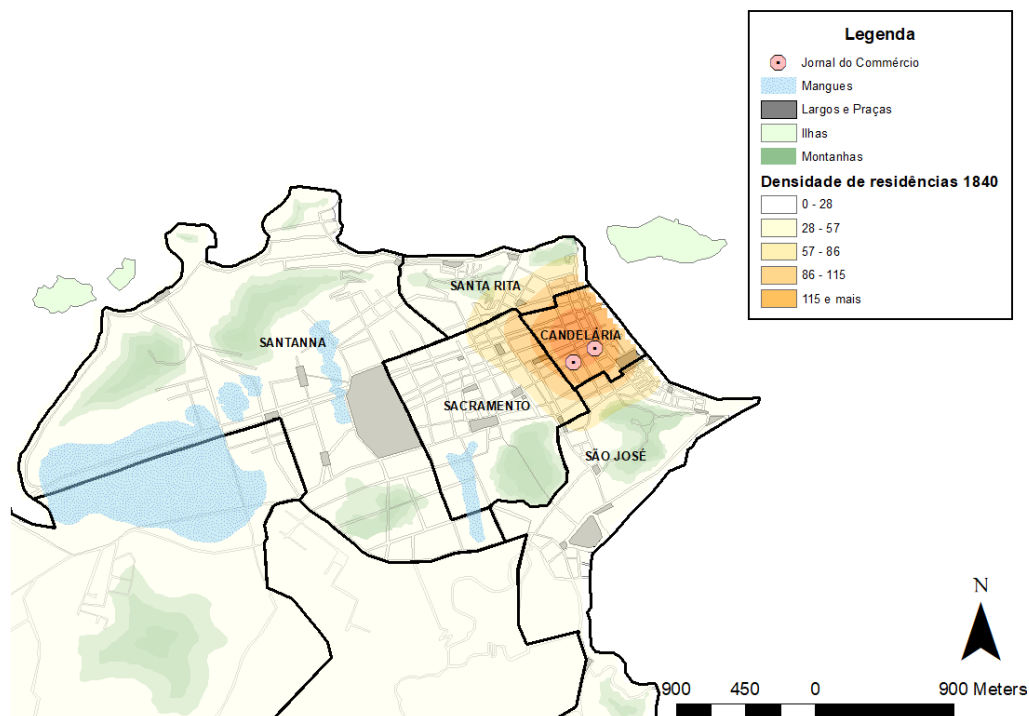
¹⁶ De acordo com o censo de 1849, Sacramento, dentre as freguesias do núcleo urbano, era onde mais residiam escravizados. Ver em: KARASCH (1987).

Mapa 1A – Densidade de residências de proprietários que anunciaram casos de fuga no *Jornal do Commercio*, em 1830



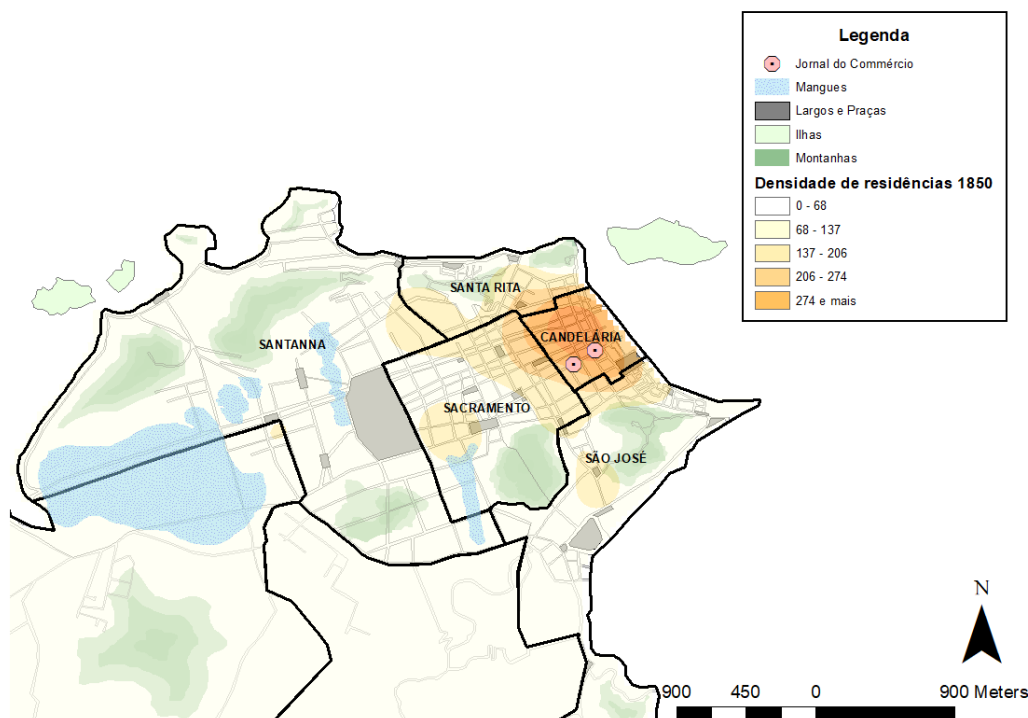
Fonte: VILLA, Carlos Eduardo Valencia. Mapa do Rio de Janeiro, 1867; Planta do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Lithoga. de Steinmann, 1831. Cálculos próprios.

Mapa 1B – Densidade de residências de proprietários que anunciaram casos de fuga no *Jornal do Commercio*, em 1840



Fonte: VILLA, Carlos Eduardo Valencia. Mapa do Rio de Janeiro, 1867. Planta do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Lithoga. de Steinmann, 1831. Cálculos próprios.

Mapa 1C – Densidade de residências de proprietários que anunciaram casos de fuga no *Jornal do Commercio*, em 1850



Fonte: VILLA, Carlos Eduardo Valencia. Mapa do Rio de Janeiro, 1867. Planta do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Lithoga. de Steinmann, 1831. Cálculos próprios.

Como já foi dito, a construção desses mapas se tornou ainda mais interessante a partir da possibilidade de identificar o endereço da redação do *Jornal do Commercio*. Dessa forma, outro ponto que nos chama atenção na análise dos mesmos (1A, 1B, 1C) é a proximidade das áreas mais densas em relação à localização do jornal. Essa característica nos possibilita tecer alguns comentários sobre o processo de publicação de um anúncio em periódicos no oitocentos. Sabemos que havia um direcionamento, na primeira página do jornal, para que o público pudesse encaminhar anúncios e correspondências a um endereço exato. Assim, entendemos que o envio dos anúncios poderia se dar por cartas ou mesmo pela entrega dos textos fisicamente no endereço. Sobre a postagem desses anúncios, Ian Read e Kari Zimmerman sugerem que:

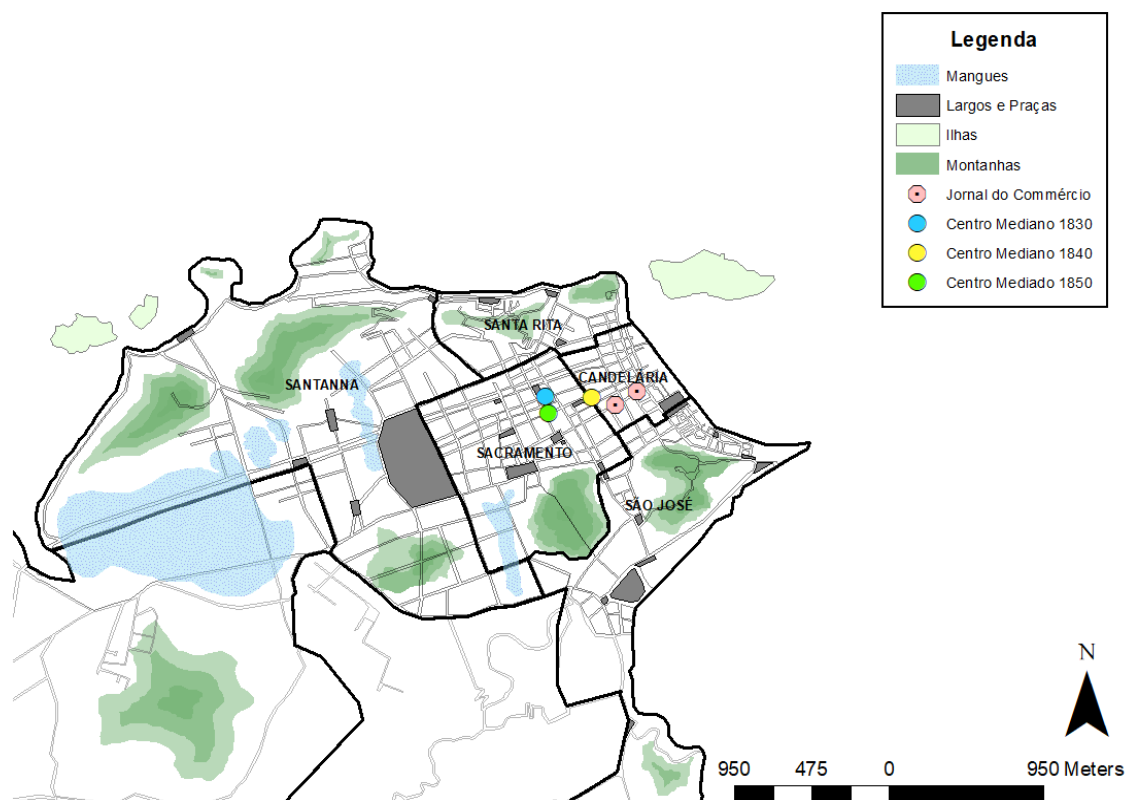
Os clientes poderiam pedir aos funcionários que enviassem anúncios pelo correio, ou pedir a um mensageiro alfabetizado que ajudasse a escrever e entregar um rascunho ao escritório de um jornal. A escrita provavelmente levava apenas alguns minutos, especialmente para anúncios simples, e pouco mais era necessário ao proprietário de um escravo desaparecido. (Tradução nossa)¹⁷

Além de possuir um caráter simples em relação à sua composição, um anúncio poderia

¹⁷ “Clients could ask servants to send announcements by post, or ask a literate messenger to help compose and deliver a draft to a newspaper office. Composition likely only took a few minutes, especially for simple announcements, and little more was needed from the owner of a missing slave” (READ; ZIMMERMAN, 2014, p. 408).

ser rascunhado por um mensageiro que prestasse serviços ao proprietário de cativos e, ainda, ser entregue pessoalmente no endereço indicado pelo *Jornal do Commercio*. A partir dessas informações, consideramos a hipótese de que a proximidade das residências dos anunciantes em relação ao endereço do jornal seria a principal justificativa da distribuição espacial que observamos nos mapas anteriores. Para testarmos esse cenário, utilizamos o cálculo do centro mediano (*median center*), que concerne à localização que minimiza a distância euclidiana geral em relação a todos os pontos de uma base de dados. O mapa 2 exibe esses resultados. Ele mostra que os três Centros Medianos se encontram bastante próximos (poucas centenas de metros, no máximo) dos dois endereços do *Jornal do Commercio*. As maiores proximidades são encontradas no ano de 1840: apenas 140 e 260 metros de distância. Isso sugere que quanto mais próximo do Jornal residisse um senhor, maiores as chances de ele publicar um anúncio quando da fuga de um(a) escravo(a).

Mapa 2 - Centro mediano das residências de proprietários de escravos que fugiram, nos anos de 1830, 1840 e 1850



Fonte: VILLA, Carlos Eduardo Valencia. Mapa do Rio de Janeiro, 1867;. Planta do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Lithoga. de Steinmann, 1831. Cálculos próprios.

Compreendemos que esse resultado acaba por reforçar a hipótese de que o *Jornal do Commercio*, bem como outros periódicos que possibilitavam a publicação de anúncios de fuga escrava, desenvolvia, inclusive, uma função de controle geográfico do modelo de sociedade escravista. Esse controle pode ser entendido como geográfico devido à ideia de que esses anúncios possuíam como objetivo único a localização espacial de um escravizado em fuga, buscando o resgate da propriedade perdida.

Considerações Finais

Ao longo do século XIX, o Rio de Janeiro sofreu com diversas modificações em suas estruturas econômicas, políticas e sociais. As pessoas escravizadas que habitavam o núcleo urbano do Rio presenciaram essas transformações, que acabavam interferindo na vida cotidiana das mesmas. O ato de fugir é entendido por muitos autores, na historiografia, como um modo de resistência contra a condição de escravizado. Por outro lado, outras análises abordam a fuga como uma forma de negociação por parte do escravo, o que o torna também agente de suas relações.

Pensando nisso, este trabalho busca uma interpretação geográfica da fuga escrava. Entendemos que, ao fugir, um indivíduo estaria negando a seu proprietário o conhecimento de seu paradeiro. Os anúncios de fugas publicados no *Jornal do Commercio* – e em outros diversos periódicos – relatavam à sociedade que o anunciante não sabia mais onde se encontrava um escravizado e, assim, buscava por pistas ou esperava que o encontrassem de alguma maneira. Entendemos ainda que esses periódicos auxiliavam no controle da ordem, tanto social quanto espacial, de uma sociedade escravista.

Objetivando entender a geografia das fugas de escravizados, brevemente nos debruçamos sobre a diferenciação das freguesias urbanas do Rio de Janeiro do século XIX, caracterizando-as, principalmente, de acordo com o perfil demográfico e econômico. Algumas tendências puderam ser observadas a partir desse exercício. A primeira delas é a contiguidade das residências de proprietários de escravizados que fugiram em relação aos endereços da redação do *Jornal do Commercio*. Essa disposição nos levou a concluir que proprietários de escravizados que possuíam residências mais próximas desses endereços tinham mais chances de publicar anúncios de fuga do que proprietários que habitavam áreas mais distantes. Isso se dá pela maior facilidade de deslocamento. Por isso, não se pode afirmar que existiam mais casos de fugas na freguesia da Candelária, por exemplo. O que vemos é que os habitantes dessa freguesia anunciavam com maior frequência as fugas do que os habitantes de outras freguesias. Essa observação é crucial para entendermos o perfil dos anunciantes nos periódicos e a frequência dos anúncios, afetados pela lógica geográfica da urbe carioca. A centralidade das tipografias, expressa através de seus logradouros, fez com que fosse mais recorrente o anúncio das fugas de escravizados de proprietários que tivessem morada nas imediações dos jornais – no caso analisado, do *Jornal do Commercio*.

A partir da análise demográfica dos anúncios de fuga, foi possível traçar um perfil do escravizado que mais fugia: homem, africano, recém-chegado no Rio de Janeiro. Além disso, os indivíduos que exerciam atividades consideradas como itinerantes fugiram mais em todas as freguesias do núcleo urbano, exceto na de São José. Se nos voltarmos para o que foi traçado na análise das freguesias, o trabalho escravizado em São José era utilizado, principalmente, em atividades domésticas – ou seja, atividades consideradas como estacionárias, que não pressupunham deslocamento para a realização das tarefas. Sendo assim, o trabalho de perfil itinerante podia proporcionar maiores chances de criação e manutenção de redes de sociabilidade que auxiliariam na fuga, além de maior conhecimento geográfico acerca da região.

O debate sobre a fuga de escravizados é um tema bastante conhecido na historiografia, bem como a utilização de anúncios feitos em periódicos como fontes principais de análise. Decerto, este trabalho abdica de uma análise aprofundada sobre o perfil das fugas, o que já tem sido feito pela historiografia: se eram fugas reivindicatórias, ou mesmo fugas que pretendiam romper com a relação de domínio entre proprietário e escravizado. Buscamos acrescentar algumas observações, obtidas através da perspectiva geográfica dessas fugas,

aos estudos sobre o tema, entendendo que esse esforço pode resultar em um exercício de estabelecer novos caminhos de pesquisa que utilizem a análise geográfica como um outro – e novo – olhar sobre a fuga escrava. No caso, o apontamento sobre a relação entre o endereço dos proprietários de escravizados que se evadiram do cativo e o endereço da tipografia do *Jornal do Commercio*, estabelecida através da proximidade espacial, propicia novos caminhos para pesquisas que versem sobre a temática das fugas ocorridas em núcleos urbanos.

Referências

AMANTINO, Marcia. *O mundo do fugitivo: Rio de Janeiro – século XIX*. Dissertação (Mestrado em História Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

AMANTINO, Marcia e FLORENTINO, Manolo. Fugas, quilombos e fujões nas Américas (séculos XVI – XIX). *Análise Social*, Lisboa, 203 XLVII (2º), p. 236-267, 2012.

FERREIRA, Fernanda Cristina Puchinelli. *Anunciando os escravos fugitivos: a imprensa carioca à serviço da escravidão (1831-1850)*. Dissertação (Mestrado em História). São João del-Rei: Universidade Federal de São João del Rei, 2022.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras*. Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Editora Unesp, 2014.

FLORENTINO, Manolo. De escravos, forros e fujões no Rio de Janeiro Imperial. *Revista USP*, São Paulo, n. 58, p. 104-115, 2003.

FREYRE, Gilberto. *Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX: tentativa de interpretação antropológica, através de anúncios de jornais brasileiros do século XIX, de características de personalidade e de formas de corpo de negros ou mestiços, fugidos ou expostos à venda, como escravos, no Brasil do século passado*. São Paulo: Global, 2010.

KARASCH, Mary C. *Slave Life in Rio de Janeiro (1808-1850)*. Princeton: Princeton University Press, 1987.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro (Do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

MAMIGONIAN, Beatriz G. *Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MANTUANO, Thiago Vinícius; HONORATO, Cezar. A economia da região portuária do Rio de Janeiro. Paris: *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos* [Online], Colóquios, 2016.

READ, Ian; ZIMMERMAN, Kari. Freedom for Too Few: Slave Runaways in the Brazilian Empire. *Journal of Social History*, Oxford, vol. 48, n. 2, p. 404-426, 2014.

SOARES, Luiz Carlos. Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 8, n.16, p. 107-142, 1988.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano Soares. Uma porta para o mundo atlântico: africanos na freguesia da Candelária da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, século XVIII. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 49-62, 2015.

SANTOS, Marco Aurélio. *Geografia da escravidão na crise do Império: Bananal, 1850-1888*. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.

SANTOS, Noronha. *As freguesias do Rio antigo*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965.

VALENCIA VILLA, Carlos; FLORENTINO, Manolo. Abolicionismo inglês e tráfico de crianças escravizadas para o Brasil, 1810-1850. *História*. São Paulo, vol. 35, p. 01-20, 2016.

VILLA, Carlos Eduardo Valencia. *A economia dos negros livres no Rio de Janeiro e Richmond, 1840-1860*. Tese (Doutorado em História Social). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2012.

VILLA, Carlos Eduardo Valencia. Georreferência de mapas históricos: os casos de Cartagena de Índias Colonial e do Rio de Janeiro Imperial. *Locus*, Juiz de Fora, vol. 21, n. 2, p. 517-546, 2015.

Notas de autoria

Mylena Porto da Gama é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS-UFRJ). E-mail: mylena.porto@hotmail.com

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

GAMA, Mylena Porto da. Rastreado paradeiros: geografias urbanas da fuga escrava no Rio de Janeiro oitocentista. *Sæculum – Revista de História*, v. 28, n. 48, p. 08-24, 2023.

Contribuição de autoria

Não se aplica

Financiamento

Não se aplica

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC BY-NC 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 29/09/2022.

Modificações solicitadas em 03/06/2023.

Aprovado em 22/06/2023.